

Subteto é aprovado após dois meses de luta



Após dois meses de tramitação na Assembleia Legislativa, finalmente o projeto do novo subteto salarial foi aprovado. Foi mais um período de luta e mobilização dos fazendários na ALBA. A oposição obstruiu a matéria e contou com o apoio de auditores quinta-colunas, que traíram os colegas e estiveram no legislativo para municiar o DEM/PFL com falsas teses jurídicas.

No final, prevaleceu a maioria do governo e conseguimos mais essa vitória, acaba com muitos anos de estornos salariais de centenas de auditores fiscais. No fechamento dessa edição, a informação que circulava era que o pagamento da diferença de agosto, setembro e outubro seria feito no dia 10 de novembro.

Páginas 2 e 3.

Veja mais:

Pensionistas se mobilizam - **Página 4**

Entrevista com Cláudio Meirelles - **Páginas 6 e 7**

Fenafisco discute Comunicação - **Página 8**

Encontro dos Técnicos em 23/11 - **Página 10**

Dois meses de luta na ALBA



Aprovação do novo valor coroa ano de vitórias da categoria

Diferença sai em novembro

A Assembleia Legislativa aprovou em 27 de outubro o novo subteto salarial do Estado, elevando-o de R\$ 12.000,01 para R\$ 15.600,00. O valor é retroativo a agosto e atende aos interesses de centenas de colegas auditores fiscais, que há anos vinham estornando parte de seus vencimentos. A medida, que esperada desde abril, foi definida após muita obstrução por parte da Oposição. O novo subteto foi um dos pontos do acordo firmado em dezembro passado entre o secretário da Fazenda, Carlos Martins e o Sindsefaz. Quando fechávamos esta edição havia a expectativa das diferenças serem pagas até o dia 10/11.

A decisão sobre o subteto fecha o ano vitorioso de 2009, completando um ciclo de três anos muito produtivos para a categoria. Depois de quase duas décadas de enorme

massacre salarial, com ataques frontais aos direitos e conquistas – bons exemplos são o Redutor Salarial, fim das diárias especiais e redução do ponto da GF, nos governos de Paulo Souto (DEM/PFL) – os fazendários tiveram a retomada de uma linha ascendente em seus vencimentos. Um novo momento, que marca a gestão do secretário Carlos Martins e do governador Wagner.

Além da expectativa quanto aos atrasados de agosto a outubro, o Sindsefaz busca negociação para compensar as perdas de março a julho. É bom lembrar que esse foi o acordo firmado com a Sefaz, que envolveu a incorporação de parte do PDF. Como fazer a compensação, a entidade estará aberta a negociar. Outra coisa em pauta é uma solução definitiva, que ponha fim aos estornos no futuro, já que haverá novas incorporações, em 2010/2011.

Problema histórico

Os estornos salariais datam de muitos anos. Até fins de 2006 cerca de 300 auditores fiscais estornavam parte de seus vencimentos. Eram os chefes de então e os que não exerciam função, mas tinham gratificação incorporada ou alcançaram o ápice da Carreira.

Com o governo Wagner (e a gestão do secretário Carlos Martins na Fazenda, que prometeu resolver as pendências salariais da categoria de forma paulatina) o processo negocial, antes quase inexistente, foi reaberto e, aos poucos, fomos conquistando ganhos que elevaram o número dos que estornavam salário para cerca de 700 auditores. Para se ter uma idéia, os ganhos acumulados entre 2007 e 2009 permitiram um incremento mensal real de 44% à categoria.

Oposição tentou obstruir

Na batalha para conquistar os ganhos (veja ao lado) os auditores enfrentaram resistências dentro do governo, com setores que ainda vêem os fazendários como privilegiados. Enfrentou também a ação das viúvas dos governos da malvadeza na Assembleia Legislativa, deputados que comandados pelo DEM/PFL fizeram de tudo para impedir a aprovação da Lei 11.470/09 e agora obstruíram por dois meses a votação do projeto do subteto.

A maior oposição, lamentavelmente, os auditores têm enfrentando dentro da própria Sefaz. São alguns "ex-colegas" que atuam em defesa dos interesses do grupo político que governou a Bahia até 2006, fazem de tudo para dividir a categoria e estão mais preocupados com vantagens pessoais perdidas. Este grupo esteve circulando na Assembleia, municiando a bancada do PFL com nefastas teses jurídicas, visando ajudar na obstrução.

Ganhos 2007/2009

- Retorno do ponto da GF de 2,682% para 3%, assinado em fevereiro/08, representando um aumento real de 9,5%;
- Incorporação de 40% do PDF (em 3 parcelas), via GF, com a aprovação da Carreira, em abril/09;
- Incremento de 10 pontos da GF a partir de abril de 2009 (está em debate a forma de pagamento das diferenças);
- Incremento real de 3% nos salários em 2009, 2010 e 2011.

Pensionistas

Diretora da Fenafisco diz que pendências existem em todo país Organização para pressionar

No dia 29 de setembro a diretoria de Aposentados do Sindsefaz realizou uma plenária que reuniu 70 pensionistas da Secretaria da Fazenda da Bahia. O evento, ocorrido nas dependências do Sindicato, debateu as iniciativas da entidade para garantir a resolução de pendências do governo estadual para com o segmento. Na oportunidade, tivemos a presença da diretora de Aposentados da Fenafisco, Maria Cristina Lima de Souza.

A reunião foi aberta com uma intervenção do diretor da entidade, Rubens Santiago, sobre as articulações que vêm sendo feitas pelo Sindsefaz e pela Fetrab para se chegar a um entendimento com o governo acerca do pagamento da URV. Rubens disse que já há setores do Executivo convencidos de que é necessário e possível resolver essa situação.

Depois, os diretores Joaquim Amaral, Waldir Cruz e Maria de Fátima Mota, detalharam o andamento das ações do Sindicato sobre a CET e PDF. Também relataram as reuniões que vêm ocorrendo com a SAEB/Suprev para resolver definitivamente a questão do retorno do valor do ponto da GF, fruto de acordo de fevereiro/08, ainda não cumprido pelo Estado.

FENAFISCO

Em sua intervenção na reunião, Maria Cristina falou dos projetos de interesse dos aposentados e pensionistas que estão em tramitação no Congresso Nacional e quem têm sido acompanhados pela



Encontro das pensionistas foi um passo importante para ampliar a organização do segmento

Fenafisco. A diretora da Federação citou, em especial, a PEC 555/2006, que trata do restabelecimento da paridade entre ativos e aposentados; PEC 270/2008, referente à aposentadoria por invalidez e a 37/2008, que diz respeito à paridade de pensões. Ela citou também o projeto de lei 1217/2007, que isenta os portadores de diabetes mellitus do Imposto de Renda.

A dirigente da Fenafisco falou ainda, na reunião, do quadro nacional de mobilização das pensionistas e disse que em vários estados há pendências dos governos para com o segmento, ressaltando o esforço que a Federação e os

sindicatos têm feito para forçar o cumprimento dos acordos.*

Em outro momento da reunião, Maria Cristina retomou a palavra e conclamou os presentes a reforçarem o Sindsefaz. Ela disse que em todo o país há um baixo percentual de pensionistas filiados aos sindicatos e que isso também é obstáculo na luta para garantir as vitórias do segmento.

Ao final, um grupo com 10 pensionistas foi criado com o intuito de trabalhar junto à diretoria do Sindsefaz, a fim de filiar novos colegas e ampliar o número dos que estão participando atualmente da mobilização.

Entidade comemora 20 anos com seminário sobre serviço público

Debate foi rico e informativo

Em comemoração aos 20 anos de fundação, a Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia (FETRAB) realizou no dia 9 de outubro o seminário "Valorização dos Servidores e dos Serviços Públicos", no auditório da Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia (AFPEB). O evento contou com a participação de cerca de 60 representantes sindicais e funcionários públicos do Estado.

O seminário teve como palestrantes Adriano Tambone, superintendente de Recursos Humanos da SAEB; Vicente Neto, secretário do Planejamento de São Sebastião do Passe; Cláudio Meirelles, superintendente de Administração Tributária (SAT) da Secretaria Fazenda da Bahia; Cláudio Peixoto, superintendente de Orçamento Público (SPO) da Secretaria de Planejamento da Bahia e Virgílio Pacheco, auditor fiscal e ex-vereador de Salvador.

Adriano Tambone apresentou o tema "Política de Recursos Humanos na Perspectiva do Servidor" e destacou as significativas mudanças e melhorias na valorização do funcionário público e nos serviços prestados por eles à sociedade. "Ainda temos muitas coisas a melhorar para os servidores públicos, e principalmente, no atendimento ao cidadão, mas acredito que estamos no caminho certo", disse. Logo depois o secretário de Planejamento de São Sebastião do Passe, Vicente Neto, abordou a modernização da máquina pública, a privatização das empresas estatais e a mudança do Estado provedor para o Estado capitalista, feito em governos anteriores.

O superintendente de Administração Tributária da Sefaz, Cláudio Meirelles, esclareceu pontos cruciais sobre a dificuldade de arrecadação tributária da Bahia. Ele destacou que cerca de 80% do valor arrecadado está concentrado em



400 empresas de grande porte do Estado, além da diminuição da produção industrial petroquímica, efeito da crise econômica mundial, de onde vêm 24% da arrecadação de impostos e tributos. "Não se muda esse quadro de uma hora para outra", disse ele. E prosseguiu falando das medidas que foram tomadas para enfrentar a crise. "Mantivemos o crédito, garantimos o consumo e a produção, reduzimos alguns tributos, liberamos créditos fiscais acumulados", disse.

OUTRAS INTERVENÇÕES

Cláudio Peixoto, superintendente de Orçamento Público, apresentou o Planejamento Orçamentário, o Planejamento Estratégico, o Plano Plurianual e a Proposta Orçamentária do governo para 2010. Peça que, apesar de pública, nunca havia sido exposta dessa forma, principalmente para sindicalistas e funcionários públicos. Peixoto destacou o Plano Plurianual do gover-

no, que foi elaborado de forma participativa com a sociedade organizada, através de plenárias e reuniões feitas nas 26 regiões do estado. "Eu não acreditava em um Plano Plurianual feito de forma participativa, achava uma loucura do governo e comecei a desenvolver um plano B, mas depois de participar de uma plenária, em Feira de Santana e presenciar a organização, conscientização e esclarecimento político das lideranças, mudei de idéia e passei a trabalhar apenas com o Plano Plurianual Participativo", declarou Peixoto.

A Palestra sobre Receitas, Despesas e Administração Financeira do Estado da Bahia foi apresentada de forma didática pelo assessor de Diretoria do Tesouro, auditor fiscal e ex-vereador Virgílio Pacheco. Abordando os impactos da crise econômica mundial na Bahia, Pacheco esclareceu dúvidas sobre capitalismo, inflação, deflação, redução de IPI, entre outros temas.

Em conversa com o Jornal do Sindsefaz, o superintendente de Administração Tributária fala como a crise econômica atingiu a arrecadação da Bahia, mas projeta futuro melhor

Bahia consegue recuperar arrecadação, garante Cláudio Meirelles

Qual foi o verdadeiro impacto da crise econômica sobre a arrecadação de ICMS da Bahia?

A crise que era financeira no início se espalhou para a atividade econômica, afetando fortemente os exportadores, a indústria, e nessa em especial, o petróleo. A matriz industrial baiana é muito voltada para a petroquímica. A redução do preço da nafta e a retração do consumo de óleo diesel impactaram negativamente a arrecadação estadual.

Mas olhando os números, verifica-se que enquanto Indústria e Petróleo caíram muito, comércio e serviços cresceu o percentual de arrecadação. Porque isso aconteceu?

O Governo Federal preservou a renda e o consumo dos brasileiros garantindo o crédito, desonerando a tributação sobre veículos, materiais de construção e produtos da linha branca. Além disso, manteve a geração de postos de trabalho, favorecendo assim o consumo das famílias, o que impulsionou as vendas. A arrecadação do comércio varejista e atacadista se preservou e até cresceu. Se formos comparar a arrecadação do varejo e do atacado com a arrecadação de outros estados, a Bahia fica numa posição bem destacada.

"A Bahia tem a maior arrecadação do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e é a sexta do Brasil, colocação que mantém desde 2006."

Houve alguma ação específica do Governo Estadual para garantir crescimento nesses setores?

Aqui no Estado a Sefaz atuou principalmente na liberação de crédito acu-

Quando concedeu esta entrevista ao jornal do Sindsefaz, há cerca de 20 dias, o superintendente de Administração Tributária da Sefaz, Cláudio Meirelles, previa que em outubro a arrecadação de ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do Estado atingisse R\$ 875 milhões. Sua previsão era de um crescimento de 1,3% em relação ao mês anterior (R\$ 863,89 milhões) e uma queda nominal de 0,2% em relação a outubro/2008, quando a arrecadação alcançou R\$ 877,5 milhões. Mas veio o resultado final de outubro, com um total arrecadado de R\$ 901 milhões, o que superou a sua e todas as expectativas.

A crise econômica mundial, que teve origem nos Estados Unidos, atingiu o Brasil de forma mais grave entre

mulado para as empresas que sentiram fortemente os efeitos da crise econômica como calçados, por exemplo. Ampliou os benefícios para o Pólo de Informática de Ilhéus, reduziu a tributação para a NAFTA - principal fornecedor de insumos básico para o Pólo Petroquímico -, desonerou, em 2007, a conta de energia para consumidores de baixa renda e parcelou o ICMS do varejo nas campanhas como a Liquida Salvador, Liquida Interior, entre outras.

Qual é a posição da Bahia em arrecadação no Brasil?

A Bahia tem a maior arrecadação do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e é a sexta do Brasil. E mantém essa colocação desde 2006.

Porque maio de 2009 foi um mês atípico em termos de arrecadação?

Porque houve a recuperação do petróleo. Nós temos uma especificidade quanto a tributação do petróleo, que é reflexo do segundo mês anterior. Então a arrecadação já estava se recuperando e o resultado foi visto em maio. Se constata que ela não é um ponto fora da curva, retornando gradualmente ao patamar de 2008. Espera-se que em dezem-



Cláudio Meirelles

bro o valor arrecadado seja o mesmo ou muito aproximado ao de 2008.

Como é dividida a arrecadação da Bahia entre os segmentos?

Até setembro de 2009 está dividida em comércio com 34,57%, indústria com 41,25% e serviços com 24,22%. Entre os setores, de janeiro a setembro deste ano, observa-se que o Comércio continua aquecido e neste, em especial, os segmentos de Supermercados (+16,51%), Varejo (+8,13%) e Atacado (+7,82). Esse setor vem crescendo a índices expressivos em todo o Brasil. Quanto à In-

outubro de 2008 e junho de 2009. Este fato diminuiu significativamente a arrecadação de impostos e tributos no Brasil e consequentemente na Bahia. No entanto, na observação dos meses citados, em especial maio de 2009, os segmentos do comércio e serviços mantiveram tendência de alta, o que ajudou a diminuir o impacto negativo criado pela forte queda nos setores industrial e de energia.

Essa e outras questões são tratadas por Meirelles nessa entrevista. Ele analisa como a crise econômica afetou a arrecadação, fala sobre as medidas adotadas pelo governo que ajudaram a diminuir seus impactos negativos e sobre a expectativa de arrecadar cerca de 9,6 bilhões em 2009.

dústria, alguns segmentos como Bebidas (+3,08%) e a Indústria Química (+0,41%), no arrecadado de janeiro a setembro, já demonstram uma reação. Para outubro de 2009, a previsão da Sefaz é que a Agricultura passe de R\$ 10,49 milhões (setembro) para R\$ 12,50 milhões, a Indústria de Bebidas de R\$ 37,41 milhões (setembro) para R\$ 40 milhões (outubro) e a Indústria de Mineração de R\$ 10,88 milhões (setembro) para R\$ 18 milhões (outubro), segmentos com variação mais expressiva. Já o setor de Serviços (Comunicação, Energia e Transportes), apresentou de janeiro a setembro, redução em torno de 2,06%, fruto da redução do consumo das indústrias. Mesmo assim, o segmento Serviços de Transporte deverá passar de R\$ 10,48 milhões (setembro) para R\$ 12 milhões (outubro).

Quais os planos do governo em termos de melhoria da fiscalização e a da arrecadação?

O governo está investindo fortemente na capacitação do servidor. Acabamos de firmar um contrato com o Instituto Dom Cabral para capacitar todo o quadro gerencial. Fizemos treinamento com os técnicos administrativos, capacitamos praticamente todos os agentes de tributos que trabalham na fiscalização, através de uma

certificação que é referência para todo o Brasil. Os auditores fiscais também passaram por treinamento e a área financeira vai iniciar Pós-graduação. As carreiras do fisco foram reestruturadas, visando assim dar maior agilidade à fiscalização. Em relação ao ICMS estamos realizando ações conjuntas para combater o comércio irregular de combustível, junto com as Fazendas de outros estados (São Paulo, Paraná, entre outros) e intensificando a fiscali-

"A função da fiscalização é perceber quem está destoando do comportamento que manda a lei e aplicar a sanção."

zação nas grandes empresas, com o acompanhamento constante dessas empresas que são um suporte de receita. Liberamos o pagamento do imposto nas agências Lotéricas, o Sua Nota é um Show arrecadou cerca de R\$ 57 milhões e o programa está sendo repensado para ser mais abrangente. A Bahia foi o primeiro estado a lavar um auto de infração sobre o contribuinte e sobre nota fiscal eletrônica, isso não foi repetido por

nenhum outro estado até o momento. Firmamos convênio com São Paulo para substituição tributária e estimamos um incremento na arrecadação em torno de 70 mi. Por outro lado, estamos pensando num redesenho de processo da área tributária. A Fazenda, de forma gradual e continuamente, vem implementando novos métodos de administração com o objetivo de dar mais transparência e maior eficácia à administração tributária.

Como as mudanças que vem sendo empreendidas na Fazenda, em especial na atribuição dos cargos, podem interferir positivamente na arrecadação?

Existem duas carreiras no fisco da Bahia: o auditor fiscal e o agente de tributos. Todas duas exigem o nível superior - o agente de tributos passou a ter essa condição na gestão passada. Com essa nova gestão se pretendeu ter uma administração mais ágil e eficiente, onde se estendeu a prerrogativa de lavrar autos de infração para o agente de tributos no Trânsito de Mercadorias e nas empresas optantes pelo Simples Nacional. Nós já percebemos que houve um incremento expressivo de crédito no Trânsito de Mercadorias de abril a setembro de 94% na constituição do crédito. Os auditores fiscais que antes fiscalizavam empresas de pequeno porte foram deslocados para fiscalizar empresas de médio e grande porte. Essa, eu acho, foi a principal medida da administração tributária. Na verdade a fiscalização tem uma atividade, uma função não basicamente de incremento a arrecadação, mas sim de afastar do mercado, de punir quem se vale de conduta delituosa para sonegar impostos. Grande parte dos contribuintes já recolhem espontaneamente. E a função da fiscalização é justamente essa, perceber quem está destoando do comportamento usual, do comportamento que manda a lei e aplicar a sanção tributária, culminando em multa e cobrando imposto atrasado.

Comunicação

Encontro da Fenafisco com sindicatos debate e aprova iniciativas Enfrentar a guerra midiática

Nos dias 20 e 21 de outubro aconteceu em Campo Grande (MS), o 1º Encontro Nacional das Assessorias de Imprensa dos Fiscos Estaduais e Distrital, com o objetivo de aperfeiçoar a comunicação entre a FENAFISCO e seus filiados, bem como elaborar iniciativas de ação da federação para o setor, que poderão ser seguidas pelas entidades filiadas. Pelo Sindsefaz participaram do evento o diretor de Imprensa, Rubens Santiago e o assessor de comunicação, jornalista Moacyr Neves.

No dia 20, pela manhã, os sindicatos puderam falar de suas experiências na área de comunicação e quais as ações que vêm sendo desenvolvidas por cada entidade. Na parte da tarde o jornalista e escritor Vito Giannotti, membro do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), fez uma palestra sobre o poder da comunicação, as revoluções trazidas pela Internet e a necessidade de mudar a imagem do Fisco



Evento reuniu quase todos os sindicatos da base da Federação

transmitida pela grande mídia.

Num terceiro momento, que se estendeu do final da tarde até às 19h, quatro grupos discutiram propostas e sugestões a serem encaminhadas pela Fenafisco na área de comunicação e que poderão ser seguidas pelas entidades filiadas. Depois, uma plenária, que foi até às 21h, aprovou uma série de resoluções, que foram levadas à apreciação do Conselho Deliberativo, que se reuniu dia 21 de outubro.

Importante salientar a disposição da Fenafisco em vencer o preconceito da mídia

para com as demandas corporativas dos servidores do fisco, bem como aperfeiçoar os instrumentos de comunicação das entidades. O evento foi importante porque fez um panorama da realidade de cada estado e trocou experiências positivas que podem ser aplicadas em outras unidades.

CONSELHO DELIBERATIVO

A reunião do Conselho Deliberativo da Fenafisco prosseguiu nos dias 21 e 22 de outubro, com a presença do colega Eliel Barbosa, representando o Sindicato. *

Pós-Graduação - Gestão Pública e Planejamento de Projetos

De outubro/2009 a março/2010

CENTRHU - FAK

VOCÊ ENTRE OS MELHORES

"Latu Sensu" 360h

SINDSEFAZ e ATEBA
Desconto Especial

Taxa de inscrição: R\$ 50,00
12 x 220,00 ou
Acima de 16 alunos
6 x 420,00

Aulas 6ª a noite e sábados o dia todo de 15 em 15 dias

Ciclo virtuoso, sob governo Lula, coloca país em novo patamar

Nação se destaca no presente

A geração que hoje já está na faixa dos 40 a 50 anos, cresceu ouvindo dizer que o Brasil era o "país do futuro". Com o fim da ditadura militar e o Plano Cruzado de 2006, experimentamos um rápido período de estabilidade econômica, para depois entrar em novo buraco hiperinflacionário. O rearranjo da direita e da mídia brasileiras sob Fernando Collor fez água no terreno minado da corrupção.

Já em acelerado processo de implantação no Chile, Argentina e México, o neoliberalismo chegou ao Brasil com FHC. A receita era arrocho salarial, diminuição do estado, privatização em massa, desnacionalização da produção e desregulamentação trabalhista. Tudo caminhava no rumo dos acima citados, quando em 2002 a imperiosa força popular levou à Presidência um retornado nordestino, ex-metalúrgico e ex-sindicalista.

Sob Lula, a "estabilidade" trazida pelo Real foi mantida, mas um giro de 180° trouxe o Brasil de volta ao rumo do desenvolvimento. Se antes a Petrobras vinha sendo esvaziada, retomou seu papel preponderante em ramo tão importante da economia. Se a idéia era privatizar o que restou do sistema financeiro público, no novo governo BB, BNB e Caixa retomaram o papel de financiador do potencial econômico produtivo e regulador do sistema. Se até ali o servidor público foi visto como bode expiatório, a partir de 2003 viu ser freada a escalada de ataques aos seus direitos e conquistas. Até o combalido salário mínimo experimentou um raro ciclo de aumento do seu valor real, que já ultrapassa 50% desde Lula.

NOVO RUMO

Essa inversão de rumo, que poderá ser analisada de forma científica mais à frente, pode ser sentida, en-

tretanto, em várias frentes, somente após 7 anos de inflexão. Sim, e isso não é dito apenas por aqui. Se para a imprensa brasileira soou como chacota a expressão cunhada por Barack Obama em Lula, "O Cara", os resultados econômicos do Brasil, os dados sociais medidos pelo IBGE, a ação internacional da Petrobras e a recente vitória na escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, deram conta de envergonhar a pena que escreve torto nas linhas dos principais jornais do país. Enquanto aqui os senhores da mídia insistem em diminuir o tamanho do presidente, na Europa e até na conservadora "América", Lula não vai sendo somente a cara, mas a imagem de um país que em curto tempo se transformou em nação forte, influente e transformadora.

RECONHECIMENTO EXTERNO

No dia 20/10 passado, o insuspeito Financial Times vaticinou em artigo: "O Brasil é a potência do século 21 a se observar". Antes, em julho, Jim O'Neill, economista-chefe do banco Goldman Sachs, o homem que criou a expressão BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) se referiu ao nosso país como a jóia da coroa. Em junho, o secretário do Tesouro dos EUA, Timothy Geithner, disse ao presidente do Banco Central brasileiro, Henrique Meireles, que o Brasil era o grande responsável pela retomada da confiança na economia nesse período de crise.

O esforço da mídia golpista pode ser enorme, mas enquanto a banda deles toca a música da desfaçatez e da torcida contra o Brasil, os seus exemplos sucumbem. O México se tornou uma economia estacionada e dependente dos EUA. A Argentina continua escorregando na quibada da fracassada experiência neoliberal. E o Chile se tornou um país economicamente estável, mas

longe, muito longe de ser um player global. O Brasil, contudo, vai se firmando como a nova potência política e econômica. Potência, hoje, capaz de exigir acento permanente no Conselho de Segurança da ONU e de ter as duas maiores empresas não norte-americanas que mais tem ações negociadas em Wall Street, Petrobras e Vale do Rio Doce.

CORAGEM E OUSADIA

Falando em vale, o entrevero recente com o governo é faceta desse novo país sob Lula. Na privatização da mineradora feita por FHC, o Bradesco, que passou a ter 6,7% das ações, obteve direito de indicar o presidente da empresa até 2017. Os fundos de pensão, com 20% das ações e BNDES, com 9%, receberam o direito de ficar calados. Durante a crise, o presidente bradesquiano da Vale demitiu milhares de trabalhadores no momento em que uma empresa de seu porte, importância e tanto dinheiro público envolvido deveria ter feito o contrário. A cobrança de Lula serviu para que a sociedade brasileira soubesse de mais essa piada da tucanagem, que entregou barato o controle acionário dessa estatal aos amigos, com a vantagem ainda do minoritário ser aquele que mais manda.

Na vida real, reconheçamos, não vivemos um conto de fadas. Temos cá a violência, as endemias, a pobreza e os serviços públicos ainda ineficientes. Porém, mesmo com esses grandes problemas ainda a resolver, podemos dizer, sem dúvida, que vivemos um novo momento, de destaque internacional, resgate da dívida social e pavimentação de um presente e um futuro melhores.

É esse novo Brasil que se apresenta. Uma biografia que a elite nacional, a mídia conservadora e seus aliados não poderão esconder. Mas terão que aceitar que o povo a escreva.

Técnicos

Reunião do segmento discutirá proposta para instituir a Promoção Sindicato convoca encontro

O Sindsefaz convocou encontro dos técnicos administrativos para o dia 23 de novembro, na Casa do Comércio. O evento debaterá uma proposta do Sindicato para a regulamentação da promoção tão ansiada pelo segmento.

No início do ano, ao promover a reestruturação das carreiras de quase todos os setores do funcionalismo, o governo deixou em aberto a promoção de parcela dos técnicos. O secretário Carlos Martins, após negociação com o Sindsefaz, prometeu sentar para debater o assunto após o mês de outubro.



Encontro irá retomar organização para a mobilização em 2010

Agora, a entidade finaliza uma proposta que será levada ao debate com o conjunto dos técnicos da Sefaz e, sendo aprovada, passar a discutir o texto com o governo.

É fundamental a participação

de todos no encontro, para buscarmos a maior legitimidade possível do que for definido, além de organizarmos o segmento para o processo de luta que empreenderemos no início de 2010 em torno dessa questão.

Notícias da Fenafisco

Federação acompanha em Brasília projetos de interesse do fisco Trabalho no Congresso Nacional

O deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE) foi designado relator da PEC 89/2007, que institui o teto remuneratório único entre as três esferas de Poder. O projeto encontra-se em Comissão Especial e o prazo para apresentação de emendas já se encerrou, esperando agora pela apresentação do relatório.

No dia 3 de novembro o presidente da Fenafisco, Rogério Macanhão, se reuniu com Gonzaga Patriota para saber sobre o andamento da matéria. O deputado pernambucano disse que provavelmente entregaria o relatório na semana seguinte, ou seja, entre 9 e 13 de novembro.

LEI ORGÂNICA

A FENAFISCO vem constantemente trabalhando,

dentro do Congresso Nacional, por este e outros projetos de interesse não só da categoria, mas de toda a sociedade brasileira. Uma outra matéria importante, cuja tramitação vem sendo acompanhada pela entidade, é a PEC 186/2007, que institui a Lei Orgânica da Administração Tributária. O deputado Carlos Willian (PTC-MG), relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), já entregou seu parecer favorável à aprovação da PEC.

No texto, o deputado foi capaz de captar toda a essência das pretensões da categoria. O colega Rogério Macanhão se reuniu algumas vezes com o deputado, dialogando e

convencendo-o a mudar seu pensamento, que antes era contrário à aprovação da proposta. Essa ação foi importante, uma vez que o relator, depois de conversar com a categoria, formou sua convicção. Inclusive, ele assinou o parecer na presença do presidente da Fenafisco.

A PEC 186/07 institui a autonomia administrativa, financeira e funcional para os órgãos de Administração Tributária da União, estados, municípios e Distrito Federal e permite a criação da Lei Orgânica nacional do Fisco. O projeto encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

*Com informações da Fenafisco.

Prestação de contas

Sindicato inaugura forma moderna de apresentação dos números

Nova metodologia de divulgação

Com o advento da Lei nº 11.638/07 e as alterações da MP nº 449/08, passou a ser obrigatória a publicação do fluxo de caixa para as Sociedades que divulgam suas Demonstrações Contábeis. Tais demonstrativos são aceitos nos métodos "direto" e "indireto".

Até o ano de 2008, o Sindsefaz publicava seu fluxo de caixa pelo método direto, o qual representa as entradas e saídas de recursos apurados através do financeiro. No método indireto, os recursos provenientes das atividades operacionais são demonstrados a partir do lucro líquido, ajustado pelos itens considerados nas contas de resultado que não afetam o caixa da empresa.

Por conta disso, a partir de janeiro de 2009, passamos a adotar o fluxo de caixa indireto por entendermos que este permite uma melhor e mais ampla visualização dos resultados contábeis e financeiros da Entidade.

ATIVO	jun-09	dez-08	Varição
CIRCULANTE			
Caixa e Bancos	118.889	59.551	59.338
Títulos e Créditos a Receber	98.619	90.220	8.398
Adiantamentos	73.000	69.995	3.005
Total do Circulante	290.507	219.766	70.741
NÃO CIRCULANTE			
Diante	3.250	3.250	-
Cooperfisco	15.899	15.570	330
Total do Realizável	19.149	18.820	330
PERMANENTE			
Investimento	13.619	13.619	-
Imobilizado	1.143.350	1.133.247	10.104
Total do permanente	1.156.969	1.146.865	10.104
TOTAL DO ATIVO	1.466.626	1.385.451	81.174

PASSIVO	jun-09	dez-08	Varição
CIRCULANTE			
Fornecedores	58.681	2.052	56.629
Obrigações sociais e trabalhistas	14.441	8.293	6.148
Obrigações tributárias	4.908	2.864	2.044
Obrigações com Pessoal	10.373	-	10.373
Empréstimos e Outras obrigações	142.998	139.612	3.385
Total do circulante	253.639	175.060	78.580
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social Integralizado	1.210.392	1.210.392	-
Superávit / Déficit acumulados	2.595	-	2.595
Total do patrimônio líquido	1.212.986	1.210.392	2.595
TOTAL DO PASSIVO	1.466.626	1.385.451	81.174

FATURAMENTO BRUTO	1.213.133
Receita Social	1.213.133
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	24.444
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.234.982
Diretoria	17.540
Despesas com Pessoal	167.097
Encargos sociais	46.293
Despesas administrativas	90.470
Despesas Gerais	241.759
Despesa c/ Viagens	63.228
Despesa c/ Veículos	23.898
Despesa auxílios diversos	353
Despesas Contribuições regulamentares	47.585
Despesas com Tributos	3.553
Despesas com assistência social	27.289
Despesas com assem./congressos e outros	181.440
Despesa com divulgação e propaganda	203.074
Assistência Jurídica	98.710
Despesas Financeiras	22.714
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	2.595

FLUXO DE CAIXA INDIRETO - junho de 2009	
Superávit contábil	2.595
Fluxo de Caixa Operacional	2.595
Variáveis no capital circulante operacional:	
Título e Créditos a Receber	(8.398)
Adiantamentos	(3.005)
Cooperfisco	(330)
Fornecedores	56.629
Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.148
Obrigações Tributárias	2.044
Obrigações com Pessoal	10.373
Empréstimos e Outras Obrigações	3.385
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	69.441
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES NO PERÍODO	59.338
SALDO DAS DISPONIBILIDADES	
No início do período	59.551
No fim do período	118.889
Aumento no período	59.338

Informes jurídicos

Decisão sobre o PDF dos aposentados

Conforme havíamos publicado no boletim eletrônico 461, o STF ratificou decisão sobre o recurso Extraordinário RE/591648 que trata do PDF – Prêmio por Desempenho Fazendário dos aposentados e pensionistas, com vitória para o Sindsefaz.

O governo havia tentado interpor embargos à decisão anterior, mas foram inadmitidos pelo Supremo. Na última sexta-feira, 16/10/2009, o STF publicou no seu site o processo como transitado em julgado.

Assim, a defesa do Estado para atrasar uma decisão final sobre a questão foi derrotada.

Agora, o Sindsefaz aguardará outra decisão, a da votação do PL do subteto salarial, em tramitação na Assembléia Legislativa, para depois tratar esta questão com a administração da Sefaz.

Vale lembrar que mesmo com mais esta grande

vitória dos fazendários no Supremo Tribunal Federal, ela poderá se tornar inócua para a maioria dos colegas auditores e agentes de tributos se não houver novas alterações no subteto salarial do Poder Executivo. Em face disso, buscaremos negociar com o governo a questão objetivando conquistarmos outras vitórias em favor dos fazendários.

TRT mantém Sindsefaz como ÚNICO representante dos fazendários

Em decisão divulgada no Diário Oficial de ontem (26/10), a 1ª Turma do TRT negou provimento aos segundos Embargos de Declaração opostos pela ONG IAF, contra decisão do Tribunal que manteve inalterado o acórdão proferido no Recurso Ordinário, no Processo nº 00075.2008.038.05.00, no qual o Sindsefaz foi reconhecido como **ÚNICO** representante do fisco baiano. Ainda na decisão anterior, o TRT impôs aos réus (IAF e Sr. Maurício Costa Gomes) **abstenção de se apresentarem**

como representantes da categoria, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em caso de transgressão do preceito.

Com esta decisão, o TRT reafirma a justiça feita à atuação do Sindsefaz na defesa intransigente dos direitos e interesses dos servidores da Sefaz/BA, em especial os integrantes do fisco.

É mais uma derrota da ONG de alguns ex-chefes, em sua tentativa de dividir os servidores do fisco e criar um sindicato aliado aos ex-governantes que tanto mal fizeram a nossa categoria. São deles as famigeradas medidas do Redutor Salarial, fim das diárias especiais, desrespeito aos aposentados e pensionistas com a enorme diferenciação salarial para com os ativos, perseguição aos sindicalistas e remuneração básica abaixo do mínimo, em claro prejuízos aos técnicos administrativos.